

ENSINO PARTICULAR/OPINIÃO

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

José Apolinário defende

Liberdade de ensino

Em Portugal, «o espírito do sector cooperativo tem sido adulterado, recorrendo-se à cooperativa como forma de ludibriar um entrave constitucional, nomeadamente no que concerne ao ensino superior», disse, em entrevista a «O DIA», o secretário coordenador nacional da Juventude Socialista e deputado por aquele partido, José Apolinário. Foi o seguinte o diálogo que com ele travámos:

«O DIA» — Que pensa do ensino privado e cooperativo?

J.A. — O sector do ensino cooperativo representa uma área fundamental em termos sociais e, como tal, todo o trabalho que este sector desenvolva na área do ensino é profícuo. Entre nós, o espírito do sector cooperativo tem sido adulterado, recorrendo-se à cooperativa como forma de ludibriar um entrave constitucional, nomeadamente no que concerne ao ensino superior. Isto porque considero em relação ao ensino superior não público existente se tratar genericamente de ensino superior privado e não cooperativo.



Eu considero-me defensor da liberdade de ensino e como tal defendo a existência do ensino privado, mas o que é necessário é chamar as coisas pelos seus nomes. O ensino privado, para ser reconhecido pelo Estado, tem que ter determinados requisitos, nomeadamente a qualidade do ensino em geral. Parece que a forma como o ensino se tem organizado tem permitido uma grande discricionariedade nesta área, alterando as próprias regras de funcionamento. O diploma 100/B 85 estabelecia o prazo de um ano para o início da leccionação de um novo cur-

so em novos estabelecimentos após entrega do processo com satisfação dos requisitos estabelecidos. Passou mais de um ano e o Ministério da Educação não deu resposta aos pedidos formulados, permitindo a consolidação de situações complicadas e o surgimento de novos problemas. Passado um ano o Ministério da Educação altera as regras; acaba com o prazo de um ano e coloca no ministro a decisão sobre a matéria sem dependência de prazos. Abriram para aí meia dúzia de estabelecimentos de ensino superior. Gostaria de frisar que, em minha opinião, a liberdade de ensino não é dissociável da necessidade de dignificar o ensino público.

«O DIA» — Qual é o papel do ensino privado e cooperativo em Portugal?

J.A. — Eu acho que esses sectores de ensino têm especiais responsabilidades no investimento em novas áreas de ensino, mesmo no aprofundamento dos cursos tradicionais. Considero que se trata de um complemento em relação ao ensino público entrando em novas áreas e substituindo dificuldades no garantir o acesso ao ensino superior por parte do ensino público.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ensino particular